

# Resumo de notícias econômicas

02 de Agosto de 2021 (segunda-feira)

Ano 3 n. 144

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 02 DE AGOSTO DE 2021

## **GPA teve ofertas por ativos, mas recusou as propostas**

### **Broadcast**

Apesar de não ter um plano de vendas de ativos estruturado como o de seu controlador Casino, o GPA, dono do Pão de Açúcar e do Extra, recebeu ofertas por negócios maduros e que não fazem parte de seu negócio principal. Estão nessa lista as operações da Argentina e do Uruguai (do Grupo Éxito), farmácias, postos de gasolina e algumas propriedades imobiliárias no Brasil. “Recebemos propostas por alguns desses ativos”, disse o presidente do GPA, Jorge Faiçal, sem detalhar quais teriam recebido ofertas, os interessados ou o preço proposto. “São todas operações com as quais ganhamos dinheiro, sendo que só o Uruguai representa 9% da margem Ebitda da América do Sul. Portanto, não faz sentido vender nenhum desses ativos baratos.”

Para Faiçal, as propostas eram insuficientes em relação à valorização que acreditavam justa. Guillaume Gras, diretor financeiro do GPA, disse que o grupo está aberto a avaliar novas ofertas. Como não há necessidade de caixa, reiterou que as operações não serão vendidas a qualquer preço. Também disse que o Éxito na Colômbia, onde está a matriz dessa operação, não foi posto à venda. Ainda não foi tomada qualquer decisão em relação a uma eventual venda do delivery James. Até antes da pandemia, o grupo tinha clareza sobre a importância de desenvolver a própria operação para a entrega do varejo de alimentos. Com concorrentes de várias áreas investindo pesado no segmento, no entanto, o cenário mudou. “Se continuássemos com a mesma estratégia, perderíamos participação de mercado”, disse Faiçal.

Sobre uma eventual venda do GPA como um todo, pelo Casino, a direção brasileira diz que o grupo não faz parte dos ativos a serem negociados. O Casino planejava vender 4,5 bilhões de euros em ativos e já obteve 3 bilhões de euros. “O GPA é um ativo de muito valor, com potencial de crescimento forte”, afirmou Gras. “Mas não respondemos pelo Casino.”

## **“Cheque em branco” no mercado brasileiro**

### **Broadcast**

A febre americana das empresas de “cheque em branco” chegou ao Legislativo brasileiro. O deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP) será diretor financeiro de uma iniciativa recém-lançada nos EUA e ajudará executivos a identificar uma oportunidade de negócios em tecnologia. A Digital World Acquisition Corp. prevê levantar US\$ 300 milhões junto a investidores para ir à caça de uma empresa promissora nas Américas, de preferência uma fintech ou uma companhia de SaaS (Software como Serviço, da sigla em inglês). Os mercados americano e brasileiro são os principais no radar.

Descendente da família real brasileira, Orleans e Bragança ganhou fama ao ser conhecido como o “príncipe” que foi cogitado a vice de Jair Bolsonaro. Seu currículo, porém, traz uma longa experiência no mercado financeiro, com atuação em M&A, no Brasil, Europa e EUA, e passagens por JP Morgan, Time Warner e Saint Gobain.

Empresas de “cheque em branco” não são operacionais. Foram criadas para conectar investidores a companhias que buscam levantar recursos. A ponte é feita por executivos e envolve um processo de fusão que resulta no ingresso da companhia-alvo na Bolsa.

Orleans e Bragança diz que a nova atuação não impactará seu mandato e afasta o risco de potenciais conflitos de interesse. Segundo ele, o cargo não exige participação presencial. “Muitos deputados têm fazendas, são médicos, advogados, têm suas próprias atividades. A minha é de investidor”. Advogados consultados dizem não ver problema na atuação como investidor durante o mandato, desde que a companhia investida não tenha negócios ou relação com o governo. O deputado descarta essa possibilidade.

## **C6 quer ‘divórcio’ da TIM, mas operadora não concede**

### **Broadcast**

A lua de mel durou pouco. Um ano após firmarem parceria para captação de clientes em troca de ações, o C6 Bank e a TIM entraram em um processo que pode

resultar no fim do casamento. O Estadão/Broadcast apurou que o C6 encaminhou à TIM, há algumas semanas, uma notificação pedindo a rescisão do contrato. A resposta da tele foi um “não”, acompanhado de uma liminar judicial garantindo a manutenção do acordo.

Sem entendimento entre as partes, a TIM decidiu recorrer à arbitragem para assegurar que o contrato continue de pé. O processo corre no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá. Enquanto não há desfecho da arbitragem, o contrato entre as partes continua vigente graças ao efeito da liminar.

O que está em jogo é uma parceria firmada em março de 2020, pela qual os clientes da tele que abrem uma conta no C6 ou pagam suas recargas e faturas por lá ganham bônus no pacote de dados. É uma forma de incentivo para aumentar a base de usuários no banco digital. Em troca, a operadora recebe ações do C6. A fatia no bolo aumenta à medida que a tele encaminha clientes para o parceiro. A TIM pode atingir até 14,5% no C6. Com um detalhe: a tele não pode ser diluída em caso de potenciais aumentos de capital ou entrada de novos sócios – algo sensível para o banco, que vislumbra uma abertura de capital em Bolsa no futuro.

Desde o começo do acordo, 3 milhões de usuários da operadora abriram contas no C6, o que representa um terço dos 9 milhões de clientes. Isso já garantiu à tele 2,9% na instituição financeira. Mantido o ritmo atual, de 400 mil clientes convertidos por mês, a operadora pode atingir a fatia de 14,5% em cerca de três anos. Aos olhos do C6, a sócia não está mobilizando investimentos para fazer impulsionar a parceria. Apesar do ganho de 3 milhões de contas, o movimento estaria abaixo do potencial, pois a operadora tem 50 milhões de clientes no País.

A escala é um passo vital na estratégia de crescimento do C6, banco digital jovem, fundado em 2018 pelo empresário Marcelo Kalim, e que até a metade do ano passado contava com 2 milhões de clientes. Para as fintechs – startups do ramo financeiro –, a escala é necessária como forma de diluir os custos das operações. Essas empresas não têm lojas físicas e, em geral, se diferenciam dos “bancões” por não cobrarem tarifas por manutenção de conta ou cartões. A tática é ganhar dinheiro com os juros das operações de crédito e outros serviços.

A TIM não quer nem ouvir falar em rescisão de contrato porque o negócio está se revelando lucrativo. No último trimestre, a companhia pagou R\$ 12,4 milhões pelo direito de subscrição de 2,9% de ações no C6 – ativo contabilizado no balanço a R\$ 323 milhões. A parceria ficou ainda mais atrativa depois de o banco americano de investimentos JPMorgan comprar 40% do C6, por cerca de R\$ 10 bilhões, – o que implica valor de mercado de R\$ 25 bilhões para o C6. Portanto, se a TIM chegar a 14,5% de participação no negócio, isso representaria R\$ 3,6 bilhões.

Com as receitas de telecomunicações estagnadas, as operadoras têm buscado parcerias para usar sua gigantesca base de clientes como vitrine na venda serviços de outros setores, em troca de comissões ou ações. A TIM fechou este mês acordo com a Kroton para a criação de uma empresa de cursos a distância. Procurados, TIM e C6 disseram que não comentam a arbitragem. A TIM informou, em seu balanço, que o processo de arbitragem servirá para discutir a “interpretação de determinadas cláusulas dos contratos que regem a parceria”.

## **Magalu abre quiosques para vender celular em supermercados**

### **Broadcast**

A Magazine Luiza – terceira maior rede de varejo do País, segundo ranking do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo (Ibevar) divulgado – vem crescendo no e-commerce, mas sem esquecer de ampliar sua presença no varejo físico. Além do projeto de abrir mais de uma centena de lojas próprias em 2021, a companhia está colocando o pé no acelerador em outra vertente: a formação de parcerias para a abertura de quiosques em varejistas de outros setores.

Depois de uma primeira experiência, já finalizada, com o Carrefour – em que o Magalu assumiu a operação de venda de eletrodomésticos dentro de algumas unidades da gigante francesa –, o Magalu definiu um novo modelo: a abertura de quiosques dedicados à telefonia e à tecnologia, de porte menor, em redes que não têm operação de eletrônicos. A primeira parceria ocorreu com a Marisa, de moda, e já resultou em 171 unidades. Agora, a empresa leva o projeto para o setor de alimentos.

Em parceria com a rede paulista Semar, que tem 25 lojas, a gigante quer aproveitar a recorrência de consumo do supermercado para vender seus produtos –

além dos celulares e outros aparelhos em pronta-entrega, o cliente poderá também fazer uma compra orientada de outros itens pelo site, recebendo via e-commerce.

Segundo Fabrício Garcia, vice-presidente de negócios do Magazine Luiza, trata-se de uma estratégia para dar capilaridade ao negócio – ou seja, para fazer com que o consumidor “esbarre” na marca em momento em que não espera. “É uma forma de expansão que não é tão cara e uma forma de oferecer conveniência para o consumidor”, diz o executivo.

Segundo Garcia, depois do êxito da parceria com a Marisa, que ajudou a divulgar a marca no Rio de Janeiro, a empresa está aberta a novas parcerias, em locais onde tem presença restrita. A Semar, presente em 18 municípios, servirá a esse propósito. Por ora, o Magalu não tem lojas em cidades onde serão abertos quiosques, como Arujá e Bertioga, no litoral paulista.

Para Alberto Serrentino, especialista em varejo da consultoria Varese, trata-se de um bom negócio para ambas as partes. “Para o Magalu, é uma forma de conquistar clientes de forma barata – uma vez que o cliente vai muito mais ao supermercado do que a uma loja de eletrodomésticos”, diz. Para as parceiras, afirma Serrentino, a proposição é vantajosa caso elas não tenham uma operação própria de eletrodomésticos ou eletrônicos. Isso porque, uma vez que o Magalu faz a venda em seu sistema, esse consumidor passa a fazer parte de sua cartela de clientes. É por isso, explica, que a parceria com o Carrefour não foi adiante.

## **Desemprego é alto; Guedes ataca IBGE**

### **Broadcast**

A taxa de desemprego foi de 14,6% no trimestre de março a maio. O ministro Paulo Guedes disse que o IBGE vive na “idade da pedra lascada”. Números divulgados ontem pelo IBGE mostram que o mercado de trabalho segue como uma das maiores preocupações da economia brasileira. São 14,795 milhões de desempregados, ainda nas máximas históricas. Logo após o anúncio dos dados, o ministro da Economia, Paulo Guedes, atacou o IBGE, subordinado à sua pasta. Guedes disse que o órgão vive na “idade da pedra lascada”, ao criticar sua metodologia para retratar o mercado de trabalho.

O desemprego cresceu com mais pessoas em busca de uma ocupação, já que a evolução da população ocupada aponta para a criação de vagas, ainda que em ritmo insuficiente. Na crítica, porém, Guedes olhou apenas para os dados do emprego formal, divulgados pelo ministério – e que apontaram a geração de 1,5 milhão de vagas no primeiro semestre.

“A Pnad do IBGE está metodologicamente atrasada, é uma pesquisa feita pelo telefone. É muito superior a metodologia do Caged, que vem diretamente das empresas”, disse Guedes. “Ele (o IBGE) ainda está na idade da pedra lascada, baseado em métodos que não são os mais eficientes.” O IBGE não comentou a crítica, refutada por economistas e ex-presidentes do instituto. Na prática, o ministro comparou duas pesquisas diferentes. O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) é um registro administrativo de demissões e admissões com carteira assinada – quando as contratações superam as dispensas, há criação de vagas. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua), do IBGE, mapeia o emprego formal e informal e o desemprego, que não é medido no Caged. Segundo a Pnad, o Brasil tem 34,712 milhões de trabalhadores informais, 40% do total.

“A diferença é uma coisa muito óbvia, o Caged mede apenas o trabalho formal”, disse Simon Schwartzman, presidente do IBGE no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. Para Roberto Olinto, que presidiu o órgão de estatística no governo Michel Temer até o início do governo Bolsonaro, a crítica de Guedes é “inaceitável”, “leviana” e não passa de uma “declaração política”, como outros “ataques” do governo federal a “instituições técnicas e científicas”. Segundo Olinto, o ministro cita o Caged porque os dados são mais positivos. “Voltamos à velha questão de quebrar o termômetro.”

Estudos de economistas sugerem que, de um lado, a Pnad, ao passar a ser feita por telefone, pode estar subestimando o emprego formal; de outro, o Caged pode estar superestimando a criação de vagas. Só que isso não muda a percepção sobre as dificuldades do mercado de trabalho.

## As reações à persistência do desemprego

### Broadcast

A existência de 14,8 milhões de desempregados parece assombrar o governo. Esse número, aferido pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua do IBGE para o trimestre encerrado em maio, assusta porque mostra a persistência de um sério problema econômico e social que a pandemia agravou. À falta de explicações para o problema, algumas autoridades preferem desprezá-lo. O IBGE “ainda está na idade da pedra lascada, baseado em métodos que não são os mais eficientes”, desdenhou o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao qual, lembrese, a instituição está subordinada. Para Guedes, a metodologia do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) – que indicou a abertura de 1,5 milhão de empregos com carteira assinada no primeiro semestre deste ano – “é muito superior”, pois “vem diretamente das empresas”.

Comparar pesquisas baseadas em metodologias tão diversas, como a Pnad Contínua e o Caged, pode resultar em conclusões equivocadas. O Caged, como se sabe, baseia-se nos registros formais de contratação e demissão de trabalhadores pelas empresas, e a compilação dos dados está condicionada às informações que estas prestam ao governo.

Mas, como nenhuma autoridade da área econômica deve ignorar, o mercado de trabalho brasileiro é fortemente marcado pela informalidade. Não faz muito tempo, trabalhadores sem registro formal representavam mais da metade das pessoas ocupadas. Hoje, estima-se que sejam 40%. O Caged ignora completamente esse contingente.

Assim, a Pnad Contínua, mesmo podendo ter falhas ou distorções conjunturais – por causa da pandemia, as entrevistas presenciais foram substituídas por telefônicas –, oferece retrato mais amplo do mercado de trabalho. E esse retrato continua feio.

A taxa de desocupação no trimestre móvel de março a maio de 2021 foi de 14,6%, superior à do trimestre anterior, de 14,4%, e à de igual trimestre de 2020, de 12,9%.

Não é apenas o contingente de desocupados que preocupa. A população subutilizada aumentou em 2,6 milhões em um ano, chegando a 32,9 milhões de pessoas.

São brasileiros que estão sem ocupação, que trabalham menos do que poderiam ou que estariam trabalhando se houvesse emprego adequado.

## **Inflação e variante Delta devem levar volatilidade à Bolsa em agosto**

### **Broadcast**

A Bolsa pode apresentar maior volatilidade em agosto, com investidores de olho em nova alta da inflação e nos impactos da disseminação da variante Delta da covid-19 no cenário de recuperação econômica. Em julho, investidores estrangeiros retiraram cerca de R\$ 7 bilhões da B3. Nesse contexto, analistas continuam a recomendar ações ligadas ao setor de commodities, aquecido pela demanda do mercado internacional.

O Santander acredita que, mesmo com os efeitos da pandemia do coronavírus, a Vale está bem posicionada dentro da indústria global de minério de ferro, sua divisão mais importante. “Esperamos que a demanda por minério de ferro continue elevada no curto prazo, em decorrência de medidas de estímulos econômicos adotados na China, como a priorização de obras de infraestrutura”, afirma Luiz Adolfo Schiller, analista do banco. Ele também menciona a Petrobras como nome forte, em função da capacidade de produção e exploração da empresa.

Para o analista da Terra Investimentos, Regis Chinchila, os papéis que irão se destacar serão os de empresas produtoras de metais e alimentos. Ele aponta como nomes preferidos Vale, Gerdau e JBS. A casa também aposta no setor de varejo ao longo do mês.

Outro setor que chama a atenção é o bancário, que conquistou diversos lugares nas carteiras de corretoras, tanto semanais quanto mensais. O otimismo combina fatores como menor volume esperado de provisões, crescimento da carteira de crédito, inadimplência sob controle e mercado de capitais aquecido, no contexto do ciclo de alta de juros.

Entre as alterações em carteiras, a Ágora trocou todas as Top Picks. Entraram BTG Pactual Unit, Méliuz ON, Simpar ON, Lojas Renner ON e Taesa Unit. E saíram Assaí ON, BR Distribuidora ON, Natura ON, Simpar ON e Weg ON.

O Daycoval retirou Ômega ON, Petrobrás PN, Suzano ON e WEG ON, para colocar no lugar Lojas Americanas PN, Natura ON, Raia Drogasil ON e Vale ON. A Guide renovou a carteira com a entrada de Banco Pan PN e Movida ON e a exclusão de Arezzo ON e Tegma ON.

A XP decidiu retirar JBS ON e Transmissão Paulista PN, substituindo por Bradesco PN e Petrobras PN. Permaneceram BR Malls ON, Cemig PN e Gerdau PN.

## **Pandemia destrói 7,7 milhões de vagas**

### **O Estado de S. Paulo**

A geração insuficiente de empregos mantém o desemprego em níveis recordes quando se considera o mercado de trabalho como um todo, incluindo a economia informal, mostram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, o total de ocupados aponta para o corte de 7,7 milhões de vagas na comparação com o quadro anterior à pandemia. Na virada de 2019 para 2020, o total de ocupados oscilava entre 94 milhões e 94,5 milhões. Agora, são 86,7 milhões.

Conforme o IBGE, a taxa de desocupação de 14,6% no trimestre móvel até maio, com 14,795 milhões de desempregados, nas máximas históricas, sobe para 29,3%, incluindo desalentados (que simplesmente desistiram de procurar emprego) e subocupados (que trabalham menos do que gostariam). Está faltando trabalho para 32,946 milhões no País, o equivalente às populações de Angola ou da Malásia.

O desemprego se manteve em níveis recordes porque mais pessoas estão em busca de uma ocupação. Um ano atrás, a taxa de desemprego estava em 12,9%. Segundo Adriana Beringuy, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, a alta se deve a uma particularidade da crise da covid-19.

Em um primeiro momento da pandemia, trabalhadores que perderam seus empregos, formais ou informais, ficaram em casa, sem procurar trabalho, por causa das restrições ao contato social. Pelas metodologias internacionais seguidas pelo IBGE, só é considerado desempregado quem busca emprego. “Muitas pessoas, embora não estivessem trabalhando, não estavam procurando”, afirmou Adriana.

A flexibilização das medidas de restrição e a necessidade de buscar renda levaram os trabalhadores a voltar ao mercado, buscando emprego ativamente. Ou seja,

o desemprego não está nas máximas históricas por causa de mais demissões. Pelo contrário, a evolução da população ocupada aponta para a criação de 840 mil vagas, entre formais e informais em um ano. A expectativa de economistas é que o desemprego recue no segundo semestre, com o avanço da vacinação favorecendo a retomada da atividade econômica, mas o País ainda deve conviver com níveis de desocupação altos por bastante tempo.

“À medida que a economia vai retomando, a demanda por emprego aumenta, mas a volta da atividade econômica também gera um aumento da demanda por parte dos trabalhadores. Tem um período no qual a taxa vai ficar basicamente parada e, daqui a pouco, ela começa a cair”, disse José Márcio Camargo, economista-chefe da Genial Investimentos, prevendo a queda da taxa de desemprego a um nível entre 12,5% e 13% no fim de 2021.

Em nota, o economista Rodolfo Margato, da XP Investimentos, previu que a população ocupada só deverá retornar ao nível pré-pandemia no terceiro trimestre de 2022.

Daniel Xavier, economista sênior do banco ABC Brasil, também vê a redução do desemprego como um movimento gradual. Para o ano que vem, por exemplo, ele estima uma taxa de desocupação de 12,5% no último trimestre e média do ano em torno de 13%.

A economista Lisandra Barbero, do Banco Original, espera taxa de desemprego média de 14,0% em 2022. Ela está mais pessimista porque o avanço da vacinação e a reabertura da economia podem levar o crescimento do número de trabalhadores em busca de emprego a um ritmo superior ao da geração de vagas.

## **Guedes quer PEC contra ‘meteoro’ de precatórios**

### **O Estado de S. Paulo**

O governo Bolsonaro voltou a discutir mudanças nas regras de pagamento de precatórios (valores devidos a empresas e pessoas físicas após sentença definitiva na Justiça) depois de identificar um crescimento expressivo dessa despesa na elaboração da proposta de Orçamento para 2022. A elevação nos gastos com precatórios é o que o ministro da Economia, Paulo Guedes, chamou ontem de “meteoro” que vem de “outros

Poderes”. O valor dessas sentenças é calculado entre R\$ 80 bilhões e R\$ 90 bilhões para 2022 – bem mais do que os R\$ 54,75 bilhões previstos no Orçamento deste ano.

O ministro da Economia disse também que o governo precisa disparar um míssil para impedir que o “meteoro” acerte a Terra – neste caso, as finanças da União. O pagamento dos precatórios fica sob o guarda-chuva do teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação, e o governo já tem outras pretensões para o espaço disponível, como a reformulação do Bolsa Família. Guedes usou a figura de linguagem sem entrar em detalhes porque o desenho de uma PEC ainda está em elaboração. Uma das alternativas pode ser a extensão do prazo para o pagamento de sentenças de maior valor, um mecanismo que já existe hoje na Constituição e poderia ser ampliado para abarcar volume maior de precatórios. As discussões estão em andamento. Uma tentativa de atacar a conta elevada dos precatórios foi feita em 2020, durante a tramitação do Orçamento de 2021, com o objetivo de liberar espaço para lançar o Renda Cidadã, programa social turbinado do governo. Sem sucesso, discutiu-se limitar o pagamento das sentenças a um percentual da receita corrente líquida.

A proposta, apresentada no Palácio do Alvorada aos líderes da base do governo, foi classificada de “pedalada” por adiar o pagamento de uma dívida da União, repercutiu mal no mercado financeiro e sofreu críticas por prejudicar pessoas e empresas – parte significativa dos precatórios está relacionada a aposentadorias e pensões.

O problema, segundo fontes do governo, é que esse gasto continua subindo em escala explosiva e precisa ser contido com um “freio de arrumação para o seu pagamento”. A preocupação agora é construir uma proposta tecnicamente robusta, que afaste a avaliação de que se trata de uma pedalada fiscal para postergar pagamentos e abrir espaço no teto de gastos.

Uma das preocupações é mostrar que essa mudança é necessária independentemente da reformulação do Bolsa Família, embora integrantes da equipe econômica reconheçam, reservadamente, que antes do meteoro “tinha” espaço para o programa social dentro do teto. O próprio presidente Bolsonaro pediu apoio dos congressistas para aprovar PEC para resolver o problema do Bolsa Família.

## Ministro diz trabalhar contra ‘risco de apagão’

### Broadcast

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, voltou a afirmar que o governo não considera a hipótese de racionamento de energia, mas disse que “trabalha para que não haja nenhum risco de apagão”. A situação é consequência da pior crise hídrica que o País enfrenta nos últimos 91 anos, com níveis alarmantes nos principais reservatórios de usinas hidrelétricas. O governo contratou mais usinas termoeletricas, o que encarece a conta de luz. Albuquerque disse, porém, que o País “tem excesso de oferta de energia”.

O ministro afirmou que o sistema elétrico tem sido monitorado 24 horas por dia e que medidas serão tomadas para evitar picos de demanda. Com racionamento, o governo determina reduções compulsórias no consumo de eletricidade – como aconteceu em 2001, ainda na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Na época, as indústrias tiveram de reduzir a produção. Já um apagão é a falta de energia em determinado período do dia. O maior risco é justamente no momento de pico, quando há maior demanda. “Diria que racionamento não (haverá) e trabalhamos para que não haja nenhum risco de apagão”, disse o ministro em entrevista à Rádio CNN.

O ministro disse que a atual gestão tem “governança total” do sistema e “oferta suficiente” de energia para que não haja apagões ou picos de demanda que leve à população a ficar sem energia elétrica. “O que nós estamos trabalhando é com o futuro, não sabemos como estará o sistema em outubro, em novembro se não houver chuva. Trabalhamos com todas essas possibilidades de deslocar, de diminuir um pouco a demanda em determinados momentos, para que tenha mais tranquilidade ou para que o Operador (Nacional do Sistema Elétrico, ONS) tenha mais flexibilidade na operação.”

Entre essas medidas para mitigar os riscos, o ministro citou negociações com as indústrias para que haja um deslocamento de consumo, ou seja, para que a produção seja feita em um horário em que há menos demanda por energia. “Estamos conversando com as indústrias para que, dentro da necessidade delas e da oferta de energia que existe, escolhermos um deslocamento, ou eles apresentarem esse deslocamento, com devidas compensações”.

No entanto, Albuquerque indicou que as medidas para evitar a falta de energia tem um custo mais alto para os consumidores. Isso porque a geração em usinas termoelétricas, que estão sendo acionadas nos últimos meses, é mais cara. “A geração termoelétrica, que é um geração firme, de base, e que impede que haja apagões, tem um custo mais elevado.”

O ministro negou que o governo incentive o consumo de energia, mas que isso é uma consequência natural da retomada da economia. Albuquerque também afirmou que a volta do horário de verão não é analisada pela pasta. Segundo ele, o mecanismo, extinto pelo presidente Jair Bolsonaro em abril de 2019, é inócuo. “O horário de verão não traz nenhum benefício em termos de economia para o consumo de energia. O pico de energia, que no passado era no final do dia, e aí fazia sentido sim o horário de verão, é por volta de 14 horas e 15 horas”. “No aspecto do setor de energia, não há nenhum movimento para que se retorne o horário de verão.”

Dentro do governo, porém, a avaliação é outra. Pressionado pela crise hídrica e por diversos setores, o governo decidiu reavaliar os impactos do horário de verão. Segundo o diretor-geral do ONS, Luiz Carlos Ciochi, o ministério pediu ao órgão que atualizasse os estudos sobre os efeitos do mecanismo no consumo de energia. Entidades e associações empresariais de diversos setores encaminharam pedido ao governo federal pelo retorno da medida. Especialistas defendem que a iniciativa poderia reduzir, mesmo que pouco, o consumo.

***Assessoria de Comunicação – Sedet***

***Fone: (85) 3444.2900***

***www.sedet.ce.gov.br***

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão;

Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUN)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.071,64
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.540,16
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-468,52

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Maio) (base: igual mês ano anterior) (%)				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	2,8	-22,1	25,3
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,6	-0,8	-17,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	5,0	2,8	-17,2	19,2
INFLAÇÃO (Acumulado até Maio)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466
Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

CADASTRO GERAL DE DESEMPREGADOS E EMPREGADOS DO CEARÁ (JAN-MAIO)		
Indicadores	2020	2021
Contratações	136.612	182.814
Demissões	181.915	158.869
Saldo de Empregos Gerados	-45.303	23.945

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (JAN - JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUJEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP